

Demonstrações Financeiras

Polpar S.A.

31 de dezembro de 2018 e 2017
com Relatório dos Auditores Independentes

Polpar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Relatório da Administração.....	5
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações de resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
Declaração dos diretores	
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras.....	22
Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	23

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Polpar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Polpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polpar S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

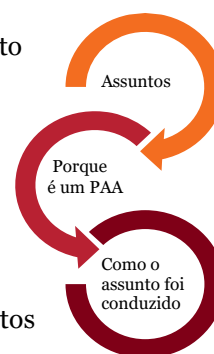
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, o Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior,



Mensuração do valor justo das ações da Suzano Holding S.A. (Nota explicativa 8)

Em 31 de dezembro de 2018, o investimento em ações da Suzano Holding S.A. ("investida") representava 44% do total do ativo da Companhia. Esse investimento está classificado como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado abrangente e, por consequência, é mensurado ao valor justo contra o patrimônio líquido.

Uma vez que as ações da investida não são negociadas em um mercado ativo, a determinação de seu valor justo pela Companhia se dá com base na cotação pública das ações da Suzano Papel e Celulose S.A., investida que representa aproximadamente 96% do total do ativo da Suzano Holding S.A.

Essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria, considerando a relevância do investimento mantido em ações da Suzano Holding S.A. e o julgamento da Administração para a determinação do método de avaliação do valor justo dessas ações, especialmente pela escolha do uso da cotação das ações da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. como parâmetro, e pela decisão de não efetuar quaisquer ajustes na determinação do valor justo das ações da investida, pela falta de liquidez ou outros aspectos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise do volume de negociação das ações da Suzano Holding S.A., para avaliação do atendimento da definição de mercado ativo, bem como a confirmação da quantidade de ações detidas pela Companhia na investida com o extrato de posição e movimentação do custodiante.

Adicionalmente, testamos a exatidão matemática do cálculo proporcional do valor justo das ações da investida, segundo os critérios estabelecidos pela Administração, e discutimos com nossos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros a razoabilidade dos critérios adotados e os julgamentos feitos pela Administração.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os critérios adotados pela Administração na determinação do valor justo das ações da investida são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tadeu Cendón Ferreira
Contador CRC 1SP188352/O-5

Relatório da Administração da Polpar S.A.

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Polpar S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Considerando que o patrimônio líquido da Polpar S.A. está quase que exclusivamente investido em ações ajustadas a valor de mercado da Suzano Holding S.A. e de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A., as demonstrações contábeis da Companhia refletem substancialmente esses investimentos. As informações relativas ao desempenho da Suzano Papel e Celulose S.A. estão detalhadas no seu Relatório da Administração.

Resultados

No exercício de 2018 a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 313 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 545 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano Papel e Celulose S.A. e na Suzano Holding S.A., no valor de R\$ 299 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 141 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 128 mil.

Auditoria e controles internos

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Desde o exercício de 2017 os serviços de auditoria independente estão sendo prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Atendendo a Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2018, que não seja de auditoria externa.

Polpar S.A.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	83	2.129
Aplicações financeiras	5	2.194	-
Tributos a recuperar		93	66
Total do ativo circulante		2.370	2.195
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		481	462
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	8	46.180	22.665
Total do ativo não circulante		46.661	23.127
Total do ativo		49.031	25.322
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Tributos a pagar		1	-
Dividendos propostos	9	74	130
Provisão para imposto de renda e contribuição social		2	-
Contas a pagar		19	4
Total do passivo circulante		96	134
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	13.256	5.318
Total do passivo		13.352	5.452
Patrimônio líquido			
Capital social		3.000	3.000
Reservas de lucros		2.765	2.526
Ajuste de avaliação patrimonial		29.914	14.344
Total do patrimônio líquido	9	35.679	19.870
Total do passivo e do patrimônio líquido		49.031	25.322

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas explicativas	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6	299	577
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(128)</u>	<u>(194)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		171	383
Resultado financeiro líquido	11	<u>141</u>	<u>185</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7	312	568
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5)	(22)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>6</u>	<u>(1)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>313</u>	<u>545</u>
Lucro líquido do exercício por ação - em R\$			
Básico e diluído	10		
Ordinárias		4,01282	7,35289
Preferenciais		4,41410	8,08818

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	313	545
Variação do valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente	23.515	5.444
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<u>(7.945)</u>	<u>(1.714)</u>
Total do resultado abrangente	<u>15.883</u>	<u>4.275</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Para aumento de capital	Estatutária especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.000	259	1.447	405	10.614		15.725
<u>Resultado abrangente</u>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	545	545
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	3.730	-	3.730
<u>Transações de capital com os sócios</u>							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(130)	(130)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Transferências para reservas	-	27	349	39	-	(415)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.000	286	1.796	444	14.344	-	19.870
<u>Resultado abrangente</u>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	313	313
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	15.570	-	15.570
<u>Transações de capital com os sócios</u>							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(74)	(74)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Transferências para reservas	-	16	201	22	-	(239)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.000	302	1.997	466	29.914	-	35.679

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	313	545
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:		
Atualização monetária outros	(23)	(29)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	1
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) redução em impostos a compensar	(23)	29
Pagamento de outros impostos e contribuições	(7)	(166)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3)	(169)
Aumento em outros passivos circulantes	27	27
Fluxos de caixa líquido gerados nas atividades operacionais	<u>278</u>	<u>238</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aumento de aplicações financeiras	(2.194)	-
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de investimentos	<u>(2.194)</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(130)	(348)
Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(130)</u>	<u>(348)</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.046)</u>	<u>(110)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.129	2.239
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	83	2.129
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.046)</u>	<u>(110)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polpar S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros consumidos	(128)	(194)
Valor consumido pela Companhia	<u>(128)</u>	<u>(194)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	299	577
Receitas financeiras	157	215
Valor adicionado a distribuir	<u>328</u>	<u>598</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	6	47
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	9	6
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	74	130
Lucros retidos	239	415
	<u>328</u>	<u>598</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, mesmo com a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2018, não houve impacto nas demonstrações financeiras, conforme já esperado e mencionado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

3.1. Práticas contábeis adotadas

3.1.1. Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC 48.

b) Ativos financeiros:

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda.

c) Passivos Financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

3.1.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.1.4. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.1.5. Nova norma aplicada

A Companhia adotou a IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros desde 1º de janeiro de 2018, o que resultou na atualização nas práticas contábeis, no entanto, do ponto de vista prático, não houve impacto material ou ajustes devido à nova norma, exceto a opção irrevogável de ter os ativos financeiros patrimoniais mensurados ao valor justo contra o resultado abrangente, como descrito abaixo.

O IFRS 9 (CPC 48) substitui as disposições do IAS 39 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O método de transição adotado pela Companhia foi o modelo de transição retrospectivo com modificação, do qual, o respectivo pronunciamento passa a ter efeito no balanço da Companhia a partir da data de vigoração, no caso, 1º de janeiro de 2018, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia.

Do ponto de vista prático, as mudanças podem ser assim resumidas:

- o caixa e equivalentes de caixa passam a integrar a categoria de ao custo amortizado, enquanto em 2017 estavam como “empréstimos e recebíveis”, sem alteração nas mensurações iniciais e subsequentes;
- os investimentos patrimoniais, que em 2017 eram classificados como “disponíveis para venda”, passam a ser classificados em 2018 na categoria de “ao valor justo por meio do resultado abrangente”. A única diferença entre as duas práticas é que, a partir do ano de 2018, em caso de alienação ou impairment, os valores acumulados no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), não são realizados para o resultado. Até 2017, se houvesse a alienação, por exemplo, o valor teria sido realizado contra o resultado.

De acordo com o IFRS 9, a Companhia deve avaliar a opção de mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, ao valor justo por meio do resultado ou mensurar, de maneira irrevogável, os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente. Embora essa mudança não altere a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

mensuração ao valor justo, por conta das opções quanto à contrapartida das variações do valor justo, a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente (nota explicativa nº 8).

3.2. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas/interpretações contábil pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras. As novas normas estão abaixo apresentadas:

- i) CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil
- ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta novas normas e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	<u>83</u>	<u>2.129</u>

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em operações compromissadas com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2018, estas aplicações eram remuneradas à taxa média de 93,0% (73,4%, em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação		
Fundos de Investimento	<u>2.194</u>	<u>-</u>

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa entre 98,3% e 108,4% do CDI em 31 de dezembro de 2018.

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAAA” pelas agências Fitch e Standard & Poor's.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia tinha dividendos propostos a pagar no montante de R\$ 74 e R\$ 130 respectivamente.

Os dividendos recebidos, cuja contrapartida é o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dividendos recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A.	124	225
Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A.	-	118
Dividendos recebidos da Suzano Holding S.A.	175	208
Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Holding S.A.	-	26
	<u>299</u>	<u>577</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	312	568
Alíquota fiscal combinada	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	<u>(75)</u>	<u>(142)</u>
Compensação de prejuízos fiscais limitado a 30% do lucro fiscal	3	11
Dividendos recebidos	73	108
	<u>1</u>	<u>(23)</u>
Imposto de renda		
Corrente	(3)	(14)
Diferido	4	(1)
	<u>1</u>	<u>(15)</u>
Contribuição social		
Corrente	(2)	(8)
Diferido	2	-
	<u>-</u>	<u>(8)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>1</u>	<u>(23)</u>
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	-	4,05%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros disponíveis para

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	834	836
Créditos sobre diferenças temporárias	5	-
	<u>839</u>	<u>836</u>
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	583	531
Créditos sobre diferenças temporárias	2	-
	<u>585</u>	<u>531</u>
Total ativo	<u>1.424</u>	<u>1.367</u>
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	<u>10.794</u>	4.915
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	<u>3.886</u>	1.770
Total passivo	<u>14.680</u>	<u>6.685</u>
Total líquido passivo não circulante	<u>13.256</u>	<u>5.318</u>

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 3.337 e R\$ 6.478, respectivamente, (R\$ 3.346 e R\$ 6.488 em 31 de dezembro de 2017).

8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo.

	<u>Quant. Ações</u>	<u>Tipo</u>	<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>		
			<u>Principal</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo</u>	<u>Principal</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo</u>
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	ON	675	23.828	24.503	675	11.351	12.026
Suzano Holding S.A	267.787	PN	2.329	19.348	21.677	2.329	8.310	10.639
			<u>3.004</u>	<u>43.176</u>	<u>46.180</u>	<u>3.004</u>	<u>19.661</u>	<u>22.665</u>

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Em 2018, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Compromisso de Voto e assunção de obrigações

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela Suzano Holding S.A., em conjunto com os demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. "SPC" (em conjunto, os "Acionistas Controladores da SPC"), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. ("Fibria" e, em conjunto com a SPC, as "Companhias"), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), com interveniência e anuência da SPC, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da SPC e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da SPC e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.

Em 29 de novembro de 2018 ocorreu a aprovação da transação pela autoridade da concorrência na União Européia, última autoridade da qual a SPC precisava ter aprovação.

Em janeiro de 2019, a SPC completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria. Após essa transação, considerando que parte da contraprestação foi feita pela SPC por meio de emissão de novas ações, a Companhia passou a deter 0,05 % do capital total da SPC.

9. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

Dividendos propostos no exercício

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

Dividendos	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	313	545
Reserva legal	(16)	(27)
	297	518
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	74	130
Dividendos propostos	74	130

10. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

	31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível aos acionistas	136	177	313
Quantidade média ponderada da quantidade de ações do exercício	34.000	40.000	74.000
Lucro básico e diluído por ação	4,01282	4,41410	

	31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível aos acionistas	535	10	545
Quantidade média ponderada da quantidade de ações do exercício	72.795	1.205	74.000
Lucro básico e diluído por ação	7,35289	8,08818	

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro diluído por ação é o mesmo que o básico.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(9)	(6)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	23	29
Rendimentos das aplicações financeiras	<u>127</u>	<u>162</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>141</u></u>	<u><u>185</u></u>

12. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Anúncios e publicações	(52)	(58)
Taxas da CVM	(54)	(64)
Auditoria	(18)	(19)
Honorários advocatícios	-	(50)
Outras despesas	(4)	(3)
	<u><u>(128)</u></u>	<u><u>(194)</u></u>

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 10º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

DAVID FEFFER
Diretor Presidente

ORLANDO DE SOUZA DIAS
Diretor e Diretor de Relações com
Investidores

MARCEL PAES DE ALMEIDA PICCINNO
Diretor

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE
O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 10º andar (parte), Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

DAVID FEFFER
Diretor Presidente

ORLANDO DE SOUZA DIAS
Diretor e Diretor de Relações com
Investidores

MARCEL PAES DE ALMEIDA PICCINNO
Diretor